

Sindsep participa da Semana Nacional de Promoção da Negociação Coletiva 2023

O Sindsep/MA representado pelo vice-presidente, Raimundo Pereira, pelo diretor de Assuntos Jurídicos e Institucionais, José Ribamar Figueiredo e pelo diretor de Políticas Sociais, Raça, Etnia e Gênero, José Maria Silva dos Santos, participou na manhã desta sexta-feira, das atividades da Semana Nacional de Promoção da Negociação Coletiva 2023.

O evento aconteceu em dois momentos, 27 e 28 com participação remota, e hoje, 01, de forma presencial na sede da Superintendência Regional do Trabalho (SRTE/MA).

A atividade foi uma comemoração em alusão aos 71 anos da ratificação da Convenção nº 98 do Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata sobre o direito de sindicalização e de Negociação Coletiva.



Covid, Burnout e depressão passam a fazer parte de lista de doenças do trabalho

Após mais 24 anos de sua instituição, a Lista de Doenças relacionadas ao Trabalho (LDRT) foi atualizada no dia 29 de novembro pelo Ministério da Saúde. A atualização, já publicada no Diário Oficial da União (DOU), é resultado de luta permanente da CUT, instituições e movimentos que atuam em defesa da saúde do trabalhador.

Da nova lista, passam a fazer parte 165 novas patologias incluindo a Covid-19, alguns tipos de cânceres, distúrbios musculoesqueléticos, como inflamações em tendões, ossos, articulações, etc., e doenças como o a Síndrome do Burnout, ansiedade, o abuso de drogas e tentativas de suicídio. No total, agora são 347 doenças. Antes eram 182.

A atualização parte do princípio de que tanto as patologias que se configuram como adoecimento mental quanto o uso de drogas podem ser consequência de jornadas exaustivas e assédio moral, da mesma forma como o abuso de álcool que já constava na lista.

A partir de agora, o poder público deverá planejar medidas de

assistência e vigilância para evitar essas doenças em locais de trabalho, possibilitando ambientes laborais mais seguros e saudáveis.

Do outro lado, os trabalhadores poderão ter garantidos os direitos a assistência, tratamento e afastamento do trabalho em decorrência dessas patologias quando comprovado o nexo causal, ou seja, as alterações também dão respaldo para a fiscalização dos auditores fiscais do trabalho, favorecendo o acesso a benefícios previdenciários e dá mais proteção ao trabalhador diagnosticado pelas doenças elencadas.

A atualização leva em conta todas as ocupações. Ou seja, vale para trabalhadores formais e informais, que atuam no meio urbano ou rural.

A lista permite qualificação da atenção integral à Saúde do Trabalhador, facilita a o estudo da relação entre o adoecimento e o trabalho.

A atualização

O anúncio da publicação atualizada aconteceu na última quinta-feira (28/11), durante o 11º Encontro da Rede Nacional de Saúde de Aten-

ção à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Renast), que reuniu representantes de todos os Centros de Referências em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Ceressts) e dos trabalhadores e trabalhadoras.

Participaram a secretária nacional de Saúde do Trabalhador da CUT, Josivania Ribeiro Cruz Souza e a representante da CUT no Conselho Nacional de Saúde, Madalena Margarida Silva.

“Essa publicação é uma conquista de toda classe trabalhadora e é resultado de nossos esforços coletivos, das entidades sindicais, da academia e centros de atenção, pesquisas e ensino que são comprometidos com a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras”, afirmou Josivânia.

A dirigente afirma que o próximo passo é “se apropriar da lista e cobrar sua utilização”.

“A lista cumpre um papel muito importante para a vinculação do trabalho com a doença apresentada pela classe trabalhadora decorrente da sua atividade laboral”, ela explica.

Fonte: CUT

Universidades particulares reagem à suspensão de novos cursos a distância

O Ministério da Educação (MEC) divulgou portaria que suspende processos de autorização de cursos de 17 áreas na modalidade a distância. A medida causou divergências em instituições do terceiro setor que tratam da educação. Os defensores afirmam que o objetivo é mitigar problemas na formação de professores, enquanto os críticos apontam que os mais pobres serão prejudicados.

Segundo o último Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022, cerca de 4,3 milhões de pessoas estavam inscritas em cursos superiores a distância. No Brasil, a oferta de cursos oferecidos pelas instituições de ensino no ano chegou à marca de 9.186.

O crescimento do ensino superior na modalidade a distância é exponencial. Em 2012, de acordo com o Censo do Inep, existiam 1.113.850 matrículas ativas em Ensino a Distância (EaD). O aumento em relação a 2022 foi de mais de 280%. Isso significa, para aqueles que defendem a modalidade, a democratização do ensino superior.

Entidades privadas de ensino superior reagiram à portaria. Para a presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Eliza-



beth Guedes, a decisão do governo contra os cursos a distância é “temerária”. Integrante do Conselho Nacional de Educação, ela afirma que a suspensão pode inviabilizar para muitas pessoas a entrada no ensino superior.

“Da forma que está, poderá levar a um apagão na educação superior em quase 2 mil municípios, onde a EaD é o único caminho para graduação. Isso significa 34% das cidades brasileiras sem nenhuma porta de entrada para a iniciação científica dos estudantes”, explica.

Medicina, Direito, Farmácia e licenciaturas em qualquer área estão entre as áreas com processos de abertura suspensos. A medida, no entanto, não impacta cursos já em andamento.

A presidente da Anup acrescenta que os resultados dos estudantes de EaD no Exame Na-

cional de Desempenho dos Estudantes (Enade), em 2022, foi superior aos dos colegas de cursos presenciais, com 40,2% e 39% de acertos, respectivamente. Ela reforça ainda que mais de 50% dos estudantes têm mais de 31 anos e 67% deles conciliam trabalho e estudos. “Essa realidade por si só destaca a eficácia da EaD como uma ferramenta para promover a inclusão e superar barreiras socioeconômicas”, diz.

Outra crítica de Elizabeth diz respeito à consulta pública realizada pelo MEC para suspender os cursos a distância. Na audiência organizada pela pasta, apenas 16 cursos EaD seriam impactados pela portaria. No entanto, foi adicionado a licenciatura para qualquer área, indo além do que foi discutido.

Fonte: Congresso em Foco

CLUBE
DE BENEFÍCIOS

DESCONTOS
EXCLUSIVOS PRA
VOCÊ!

SE VOCÊ É FILIADO **APROVEITE**,
SENÃO, **FILIE-SE** E DESFRUTE DE
DESCONTOS EM **MAIS DE 150 EMPRESAS**

